

PROJETO DE LEI Nº , DE 2012
(Do Sr. Edinho Araújo)

Altera a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 16 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, devendo alegar nestes toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.

Parágrafo primeiro. Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão argüidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

Parágrafo segundo. Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Parágrafo terceiro. Os embargos serão oferecidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.

Parágrafo quarto- Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo mandado citatório, salvo tratando-se de cônjuges.

Parágrafo quinto- Aos embargos do executado não se aplica o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil.

Parágrafo sexto- Os embargos do executado não terão efeito suspensivo.

Parágrafo sétimo- O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

Parágrafo oitavo- A decisão relativa aos efeitos dos embargos poderá, a requerimento da parte, ser modificada ou revogada a qualquer tempo, em decisão fundamentada, cessando as circunstâncias que a motivaram.

Parágrafo nono- Quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, essa prosseguirá quanto à parte restante.

Parágrafo décimo- A concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante". (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto tem por finalidade atualizar o rito processual das execuções fiscais, cujo regramento data dos anos 80, sendo, assim, anterior à regra constitucional em vigor.

Atualização esta que se dará especificamente quanto à oportunidade do executado opor a sua defesa em juízo, por meio de embargos.

De fato, pela atual regra em vigência, “O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora” (art. 16, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980).

Desta forma, a defesa do executado somente se oportunizará quando e se houver a garantia do juízo, ou seja, quando houver a penhora de seus bens.

Situação esta que, não raras as vezes, impossibilita que o executado exerça os constitucionalmente assegurados direitos ao contraditório e à ampla defesa, dado o fato da ausência de bens para fazer frente ao valor da execução.

E, além de não se oportunizar a defesa pelo executado, tem-se que a exigência do artigo 16 retro referido ocasiona a perpetuação do processo executório, sem que ao menos possa o Poder Judiciário adentrar-se no mérito da pretensão Estatal, o que fere frontalmente o princípio constitucional previsto no artigo 5º, LXXVIII, que estabelece que *“a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”*.

Outra, aliás, não foi a razão do Congresso Nacional ter aprovado o projeto de lei nº 4467/2004, que deu origem à Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, que, alterando o Código de Processo Civil, estabeleceu que o prazo para oposição de embargos à execução civil tem início a partir da juntada aos autos do mandado de citação do executado, independentemente de penhora, e não mais da intimação da penhora, como hoje ainda se dá no processo executivo fiscal.

Assim, o presente projeto busca dispensar ao processo executivo fiscal o mesmo tratamento que ao processo executivo civil foi conferido pela Lei nº 11.382/2006, o que propiciará a pronta oportunidade para o executado se defender, prestigiando-se, ainda, a regra do artigo 5, XXXV, da Constituição da Federal (*“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”*), bem como a brevidade do desfecho da ação judicial, mormente quando o “devedor” sagrar-se vitorioso .

Dada a sua relevância, contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação deste nosso projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado EDINHO ARAÚJO